

Vulnerabilidade social e desenvolvimento infantil: um olhar a partir da teoria histórico cultural e da neurociência

Social vulnerability and child development: a perspective from the Cultural-Historical Theory and Neuroscience

Andreia Ines Dillenburg

Universidade Federal de Santa Maria-RS

andreia.ines.d@gmail.com

Fabiane Adela Tonetto Costas

Universidade Federal de Santa Maria-RS

fabicostas@gmail.com

Lucielem Chequim da Silva

Universidade Federal de Santa Maria-RS

lchequim@gmail.com

Rudiane Ferrari Würfel

Universidade Federal de Santa Maria-RS

rudianew@gmail.com

Resumo

Estudos sobre o desenvolvimento humano e a influência das questões sociais e culturais são fundamentados por conceitos como os apresentados pela Teoria Histórico-Cultural. Concepções relacionadas ao desenvolvimento infantil pautam-se em fatores ambientais e orgânicos, considerados determinantes. Os caminhos metodológicos deste estudo foram elencados em uma abordagem qualitativa, seguindo os padrões da pesquisa bibliográfica, na tentativa de verificar a contribuição do pensamento de Lev Vygotsky quanto aos atuais estudos da neurociência para compreender os impactos da vulnerabilidade social no desenvolvimento infantil. A vulnerabilidade social na infância pode influenciar o desenvolvimento, uma vez que problemas nutricionais e experiências negativas e/ou positivas têm efeitos no desenvolvimento cerebral, podendo influenciar no comportamento e na saúde. Igualmente, a neurociência aponta a relação entre fatores ambientais e orgânicos no desenvolvimento humano, afinando estas constatações ao pensamento de Lev Vygotsky, o qual cita que questões sociais interferem e relacionam-se com a constituição do sujeito. Para que os indivíduos se desenvolvam cognitivamente e socialmente, faz-se necessária a interação permanente entre fatores genéticos e ambientais. Para tanto, compreende-se que a situação de vulnerabilidade social influencia o desenvolvimento da criança, no que tange aspectos físicos e psicológicos, não se referindo apenas às questões financeiras, mas também à falta de diversos recursos que favorecem o desenvolvimento humano. Todavia, frente às condições de diversos países e com o avanço do modelo neoliberal, as garantias de acesso a serviços básicos, tais como: saúde, educação, saneamento, dentre outros, ficam cada vez mais exíguas e incertas, podendo influenciar no desenvolvimento infantil, tanto em nível físico quanto psicológico e social.

Palavras-chave: Inclusão/Exclusão Social. Teoria-Histórico Cultural. Neurociência.

Abstract

Studies about human development and the influence of social and cultural questions are reasoned by concepts such as the ones presented by the Cultural- Historical theory. Conceptions related to child development are based in environmental and organic factors, which are considered determinants. The methodological approach of this study was based in the qualitative approach, following the patterns of the literature review, in the attempt of verifying the contributions of Lev Vygotsky's thoughts related to the recent studies in neuroscience for understanding the impacts of social vulnerability in child development. The social vulnerability in the childhood can influence the development, since that nutritious problems and negative and/or positive experiences have effects on the brain development and they can affect the behavior and the healthy. Equally, the neuroscience points out the relation between the environmental and the organic factors on the human development, and this concept brings affinity between these observations and Lev Vygotsky's thoughts, which states that social questions interfere and also relate themselves with the subject constitution. In order of developing the individuals socially and cognitively, it is necessary the permanent interaction between genetic and environmental factors. For this purpose, it is understood that the social vulnerability situation affects not only the child development, in which concerns physical and psychological aspects and does not only refers only to financial questions, but to the lack of several resources that favors the human development. However, in face of the conditions of several countries and with the progress of the neoliberal model, the guarantees of accessing basic services -such as health, education, sanitation, among others – are tinier, uncertain and precarious, besides they can affect the child development, both on the physical level and on the psychological and social ones.

Keywords: Social inclusion/exclusion. Cultural-Historical Theory. Neuroscience.

I

ntrodução

O presente artigo pretende realizar uma conexão entre as contribuições da Teoria Histórico-Cultural, cujo principal representante é Lev Semionovich Vygotsky¹, e de estudos da área da neurociência, a fim de justificar a importância de ações que proporcionem a inclusão social, principalmente na primeira infância.

A Teoria Histórico-Cultural possui vários conceitos que fundamentam estudos sobre o desenvolvimento humano e a influência das questões sociais e culturais. Faremos uso de concepções relacionadas ao desenvolvimento infantil, buscando problematizar algo enfrentado em muitos países: a vulnerabilidade social na infância.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em seu site² aponta que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento integral de meninas e meninos, demonstrando que carências na fase inicial da vida do sujeito impactam em todas as demais, alertando, portanto, para a necessidade de ações mais pontuais para esta parcela da população. Todos os anos, o UNICEF também publica “A Situação Mundial da Infância”, que representa o levantamento mais exaustivo sobre o bem-estar das crianças, cujas contribuições serão de extrema relevância para o presente trabalho. Além deste importante documento, o UNICEF também publicou, em 2013, “As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, Políticas Públicas e indicadores sociais”, baseados na realidade de Portugal, debates que também são ecoados pelas colocações de Sarmiento (2010). As discussões que ocorrem em território português também atravessam o oceano e são atuais demandas no cenário brasileiro, conhecido pelos altos índices de desigualdade e exclusão social.

Da mesma forma, estudiosos da área da neurociência vêm apontando a relação entre os fatores ambientais e orgânicos no desenvolvimento humano, bem como a importância da atenção interdisciplinar nos primeiros anos de vida. Giffoni e Ribeiro (2015) afirmam que observações realizadas em humanos têm relacionado o amadurecimento cerebral com as questões ambientais, destacando a importância dos estímulos recebidos e das questões nutricionais nos primeiros anos de vida para o neurodesenvolvimento, bem como suas repercussões na qualidade do aprendizado acadêmico.

Essas constatações advindas da neurociência encontram afinidade em estudos preteritamente desenvolvidos por Vigotski acerca do desenvolvimento infantil, os quais

ênfatizam que as questões sociais interferem e relacionam-se com a constituição do sujeito. De acordo com o pensamento vigotskiano, “os processos de desenvolvimento consistem na apropriação de objetos, saberes, normas e instrumentos culturais em contextos de atividade conjunta socialmente definidos (família, escola com seus diversos formatos de atividade)” (REGO, 2008). Conforme Baquero (1998), o contexto social no qual os seres humanos estão inseridos tem função essencial no desenvolvimento dos mesmos. Ademais, destacava que através das relações estabelecidas com o meio e com os outros nos apropriamos e internalizamos a cultura local, e neste processo começamos a fazer parte dela e de suas múltiplas faces. Nessa direção, a Comissão das Comunidades Europeias (COM) (2003, p. 77) apresenta a importância da inclusão social para o desenvolvimento de questões cognitivas:

“A promoção da inclusão social e da coesão social não é uma questão de uniformidade. A cultura é um factor precioso de diferença, o que permite a celebração de diferentes culturas numa única sociedade. Do mesmo modo, aumentar o acesso da maioria da comunidade a actividades culturais poderá ajudar a promover uma melhor compreensão”.

Em consenso ao já exposto, Vygotski (1997) postulava que a palavra “social” tem um significado importante para o desenvolvimento da criança, pois tudo que é cultural é social, assim a cultura é um produto da vida e da atividade social do homem. Por conseguinte, o que produzimos culturalmente tem relação com os contatos sociais nos quais estamos inseridos. Em complemento, Giffoni (2015a) cita o meio ambiente, o meio social e suas inter-relações como aspectos que repercutem a cultura no desenvolvimento infantil, alegando que esta influência se dá desde o modo de vestir até a alimentação, bem como a linguagem e os comportamentos.

Traçado este panorama inicial, o presente artigo pretende responder ao seguinte questionamento: qual a contribuição dos estudos de Vygotski, relacionados aos atuais estudos da neurociência, para compreender os impactos da vulnerabilidade social no desenvolvimento infantil?

Além dos autores de referência já citados, buscou-se alusões sobre vulnerabilidade social nas obras de Sarmiento (2010), Borba e Lima (2011), e em relatórios oficiais de organismos internacionais, tais como UNICEF, COM e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Desenvolvimento infantil, vulnerabilidade social pela ótica da teoria histórico-cultural e da neurociência

O contexto social no qual estamos inseridos é essencial no nosso desenvolvimento, e este fato pode ser explicado de acordo com nossa história, pois é através das relações estabelecidas com o meio e outros seres humanos, que nos apropriamos e internalizamos a cultura local da qual fazemos parte. Nesse contexto, para Vygotski (1997), o “social” tem um significado importante para o desenvolvimento da criança, pois tanto o lado cultural quanto o social são aspectos imbricados. O autor, ainda, afirma que a cultura é um produto da vida social, ou seja, o que produzimos culturalmente tem relação com os contextos sociais dos quais fazemos parte.

A Teoria Histórico-Cultural apoiou-se no conceito da dialética para explicar o desenvolvimento cultural; dessa forma, diz-se que o homem desenvolve uma relação mútua de apropriação entre o sujeito e a cultura, o que leva ao entendimento que o homem produz a cultura, assim como a cultura produz o homem. Ainda nesse sentido, Rego (2008, p. 32) salienta que “as concepções de Marx e Engels sobre a sociedade, o trabalho humano, o uso dos instrumentos, e a interação dialética entre o homem e a natureza serviram como fundamento principal às suas teses sobre o desenvolvimento humano”.

Giffoni (2015b) realizando uma aproximação entre neurodesenvolvimento e aprendizagem, afirma que a evolução do sistema nervoso central (SNC) segue um processo epigenético, isto é, para que haja desenvolvimento cognitivo e social os sujeitos necessitam que os fatores genéticos e ambientais estejam em interação permanente.

Portanto, ao nos apropriarmos de instrumentos psicológicos e culturais (signos e ferramentas), esses apresentam papel de mediadores entre o homem e os objetos socioculturais. Esta relação mediada, conforme Giffoni (2015a), deve sempre estar presente, sendo importante para o aprendizado e desenvolvimento dos sujeitos. O autor também entende que esta deve ser um momento de estimulação ao novo e de facilitação à exploração, tornando a aprendizagem única e palpável. Acrescenta-se que a convivência com pares pode proporcionar novos aprendizados.

Assim, a relação mediada (GIFFONI, 2015a) é afim ao conceito de atividade mediadora (VYGOTSKI, 1995), porque ambos afirmam que as relações que o homem estabelece com seus pares e com a cultura que o cerca, permitem que seja feito uso de ferramentas e signos

para mediar suas relações e seu desenvolvimento. Frisa-se que para Vygotski (1995) as ferramentas e os signos configuram a atividade mediadora, possuindo em comum a função de mediadores entre as relações do sujeito e do meio.

“La función de la herramienta no es otra que la de servir de conductor de la influencia humana en el objeto de la actividad; se halla externamente orientada y debe acarrear cambios en los objetos. Es un medio a través del cual la actividad humana externa aspira a dominar y triunfar sobre la naturaleza. Por otro lado, el signo no cambia absolutamente en nada en el objeto de una operación psicológica. Así pues, se trata de un medio de actividad interna que aspira a dominarse a sí mismo; el signo, por consiguiente, está internamente orientado” (VYGOTSKI, 2009, p. 91).

Para tanto, cabe ressaltar que a internalização é uma atividade na qual o indivíduo transforma uma atividade externa em uma atividade interna, ou seja, transforma um processo interpessoal em um processo intrapessoal (VYGOTSKI, 2009). Isso quer dizer que o homem, primeiramente, reconhece externamente o objeto de interesse e através de um processo de mediação apropria-se do objeto e internaliza-o, reorganizando internamente seu significado. “Essa capacidade de lidar com representações que substituem o próprio real é que possibilita ao homem libertar-se do tempo presentes, fazer relações mentais na ausência das próprias coisas, imaginar, fazer planos e ter intenções” (OLIVEIRA, 1995, p. 35).

Nessa linha de pensamento, consegue-se compreender a relevância de espaços, como por exemplo, escolas, museus, brinquedotecas, peças teatrais, grupos de difusão cultural, bibliotecas e serviços de saúde e prevenção; bem como, a importância do acesso a uma educação de qualidade. Tais espaços possibilitam a interação com outros sujeitos, culturas e estímulos que facilitam e enriquecem o desenvolvimento.

No entanto, atualmente, muitos ainda não têm acesso a espaços que proporcionam tais mediações, e, conseqüentemente, não têm todos os estímulos necessários para desenvolverem-se plenamente. Borba e Lima (2011, p. 224) problematizam a falta de avanço na garantia de possibilitar esse acesso a todos,

“a identificação dos fatores de exclusão e inclusão social está associada a vulnerabilidade social, o que significa um processo multidimensional de indicadores que exibem assimetria no que respeita à variabilidade espaço-temporal. Percebe-se, no entanto, que alguns dos fatores clássicos de exclusão (e.g. fome, pobreza e desemprego) e inclusão (e.g. emprego e justiça social), apesar de antigos, permanecem ainda em evidência na sociedade contemporânea”.

Compreende-se que as experiências e vivências culturais auxiliam na ampliação de vocabulário e conhecimentos acerca do mundo e das relações. Vygotski (2009) assegura que a atividade simbólica possui função organizadora específica, que se introduz no processo de uso de instrumentos criando novas formas de comportamento. Nessa acepção, o emprego de ferramentas e signos é uma das características essenciais na diferenciação entre o homem e os animais, isto porque o ser humano planeja e cria instrumentos para auxiliá-los em suas ações, além de ter a capacidade de reutilizá-los futuramente.

Vygotski também se dedicou intensamente à constituição das Funções Psicológicas Superiores, que são funções tipicamente humanas, já que somente o homem nasce com uma estrutura biológica que permite desenvolvê-la através das apropriações das ferramentas e signos, como explica Rego (2008, p. 24-25):

“Deve-se no estudo dos mecanismos psicológicos mais sofisticados (as chamadas funções psicológicas superiores), típicos da espécie humana: o controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento. Seguindo as premissas do método dialético, procurou identificar as mudanças qualitativas do comportamento que ocorrem ao longo do desenvolvimento humano e sua relação com o contexto social”.

Tais funções serão desenvolvidas na medida em que o sujeito for inserido no meio cultural, ou seja, seu desenvolvimento dependerá da sua inserção social. Por exemplo, se uma criança não tiver contato com outros humanos, é provável que ela não desenvolva características específicas humanas, tais como: fala, raciocínio e etc. Acrescenta-se, além disso, que as Funções Psicológicas Superiores são as ações conscientes, tais como: atenção voluntária, memória deliberada, pensamento abstrato, comportamento intencional, entre outros. “Os Processos Psicológicos Superiores se originam na vida social, quer dizer, na participação do sujeito em atividades compartilhadas com os outros” (BAQUERO, 1998, p. 26). A constituição dos processos de desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores está intimamente ligada ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde Vygotski (2009, p. 133) define como

“la distancia entre el nivel real de desarrollo, determinado por la capacidad de resolver independientemente un problema, y el nivel de desarrollo potencial, determinado a través de la resolución de un problema bajo la guía de un adulto o en colaboración con otro compañero más capaz”.

Deste modo, separa-se o que a criança consegue resolver sozinha (funções que já amadureceram) e o que consegue fazer através da mediação de um adulto ou de um colega mais experiente (funções que estão em processo de maturação). Essa separação possibilita notar peculiaridades no processo de desenvolvimento, assim como, a dinâmica existente no aprendizado da criança, pois cada vez que o sujeito aprende algo novo, seu desenvolvimento real altera-se, do mesmo modo que o potencial, demonstrando que o desenvolvimento acontece de forma espiralada, e não linear (COSTAS, 2012). Nesse sentido, afirma-se que a aprendizagem promove o desenvolvimento, pois é um processo que parte do exterior para o interior; e para que este processo, considerado complexo, aconteça são necessários diferentes fatores como o desenvolvimento biológico, sociais, escolares e pessoais (CAPELATTO, 2015).

A aquisição da fala, por exemplo, é um processo que ocorre de fora para dentro, através de processos interpessoais que permeiam o intrapessoal, ou seja, “la verdadera dirección del proceso de desarrollo del pensamiento del niño no va de lo individual a lo socializado, sino de lo social a lo individual” (VYGOTSKI, 2001, p. 59). O autor, além disso, define três fases de falas como constituintes do processo de desenvolvimento da criança, são elas: fala social ou exterior, fala egocêntrica e fala interior.

A primeira fala, denominada de social ou exterior, é a que tem como função principal denominar e comunicar - antes de tudo a fala é um meio de comunicação social. Posterior a essa fase, a criança entra na fase da fala egocêntrica que representa “la forma transicional entre el lenguaje externo e interno. Funcionalmente, el lenguaje egocéntrico es la base para el lenguaje interior, mientras que en su forma externa se halla encorajado ene lenguaje comunicativo” (VYGOTSKI, 2009, p. 51). É na segunda fase que ocorre a transição da fala social para a fala interior, isto é, há um processamento de perguntas e respostas dentro da criança, e aproxima-a do pensamento – por essa razão, é comum crianças nessa fase conversarem sozinhas, enquanto tentam resolver alguma situação, pois a fala egocêntrica ativa-se quando o indivíduo encontra dificuldades para solucionar algum problema. (VYGOTSKI, 1997). Por fim, fala interior é a fase posterior à fala egocêntrica, e é quando as palavras passam a ser pensadas, sem que necessariamente sejam faladas. Nessa perspectiva, Castaño (2003) considera a linguagem como uma função cortical superior, e diz que seu desenvolvimento ocorre em uma estrutura anatomofuncional, a qual é geneticamente determinada, sendo complementada pelos estímulos verbais provenientes do ambiente. Schirmer, Fontoura e Nunes (2004) complementam que a linguagem constitui um instrumento

social utilizado em interações visando à comunicação, podendo ser considerada como uma força dinâmica. Dessa maneira, as questões relacionadas ao desenvolvimento humano até aqui mencionadas têm grande influência do meio social e cultural onde o sujeito está inserido. Giffoni e Ribeiro (2015), nessa lógica, realizaram uma aproximação da ocorrência de dificuldades de aprendizagem com carências do meio. Partindo de pesquisas os autores evidenciaram que problemas nutricionais e experiências negativas e/ou positivas, têm efeitos no desenvolvimento cerebral, podendo influenciar no comportamento e na saúde geral, nos estágios sequenciais da vida.

Compreende-se que a situação de vulnerabilidade social influencia o desenvolvimento da criança, tanto no que tange aspectos físicos quanto psicológicos, uma vez que não se refere apenas às questões financeiras, mas também à falta de diversos recursos que favorecem o desenvolvimento humano – nesse aspecto, pode-se citar o acesso aos programas de saúde, questões de higiene, acesso e permanência na escola, alimentação, cuidado e atenção de responsáveis. A inexistência ou precariedade desses recursos tem grande extensão para o desenvolvimento infantil. A COM (2003) entende que a superação da pobreza e a exclusão social de pessoas desfavorecidas, por assumir formas complexas e pluridimensionais, requer a mobilização de várias políticas públicas integradas. Na mesma direção, Borba e Lima (2011) compreendem que a pobreza e a exclusão social estão interligadas e que as diversas representações de exclusões sociais se conectam umas com as outras gerando um efeito acumulativo.

Destarte, pode-se observar que cada tese estudada e defendida por Vigotski tem estreita relação com estudos atuais de neurociência, bem como com questões de vulnerabilidade social, já que o homem é um ser que produz história e é produzido por ela.

Método

Os caminhos metodológicos deste artigo foram pautados em uma abordagem qualitativa, que foi orientada pelos padrões de pesquisa do tipo bibliográfica que, conforme Gil (2008) é o tipo de investigação desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, por livros e artigos científicos com as contribuições de Lev Semionovich Vigotski - que representa a Teoria Histórico-Cultural; bem como autores atuais que discutem a neurociência e a aprendizagem. Sob a ótica de Manzini (2011) é na revisão bibliográfica que

o investigador faz um levantamento de conteúdos já publicados e que tenham relação com o tema em foco; assim, os debates e leituras de diferentes materiais possibilitaram articular as ideias produzidas nessa revisão bibliográfica.

Ademais, como fonte de coleta de dados, realizou-se uma consulta e apropriação dos dados apresentados pelos relatórios do UNICEF, que contêm documentos produzidos em encontros mundiais sobre a situação da educação e infância no mundo.

O atual cenário: alguns achados

Considerando os estudos apresentados no subtítulo referente ao tema deste artigo, torna-se relevante analisar o atual cenário de demandas e mudanças sociais. Assim, consultaram-se projeções do UNICEF com vistas ao futuro cenário mundial

“onde em 1990 havia cinco bilhões de pessoas, em 2050 haverá nove bilhões – aproximadamente 2,7 bilhões com menos de 18 anos. Muitas crianças nascidas hoje desfrutarão de imensas oportunidades não disponíveis há 25 anos. Mas nem todas terão a mesma chance de crescer saudáveis, de receber educação e de conseguir realizar seu potencial, tornando-se cidadãos plenamente participantes, como prevê a Convenção sobre os Direitos da Criança” (UNICEF, 2014a, p. 1).

Nesse aspecto, os dados apresentados são preocupantes e devem ser problematizados, uma vez que, atualmente, já enfrentamos problemas relacionados às dificuldades de acesso de parte da população a serviços e bens básicos. Segundo Giffoni (2015a), pode ser mais comprometedor ainda quando essa carência impactar os primeiros anos de vida, acarretando danos ao desenvolvimento do sujeito.

Sarmento (2010) apresenta que no Século XX a criança surge como o centro das atenções e público alvo de diversas políticas públicas e leis. Em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a “Declaração dos Direitos da Criança”, a qual é composta por 10 artigos muito simples, que dizem respeito àquilo que as crianças podem fazer e ao que as pessoas responsáveis (cuidadores) devem fazer para que estas sejam felizes e saudáveis. Além disso, o levantamento realizado pelo UNICEF (2014a) aponta que das crianças pobres mapeadas, apenas 51% possui documentos de identificação, o que é preocupante, considerando-se que para dados oficiais elas não possuem nem mesmo cidadania em seu país. Ou seja, muitas crianças ainda não conseguem ser mapeadas e integradas às redes de apoio e aos serviços básicos de saúde e educação por não serem sequer registradas.

Diferentes autores têm demonstrado em suas obras que ainda há muito que avançar no combate à pobreza, principalmente, no que tange a pobreza infantil. Sarmento (2010, p. 17) realiza um mapeamento da atual realidade encontrada no nosso cenário mundial:

“há 2,2 milhões de crianças no mundo, 86% das quais vivem em países em desenvolvimento. Um terço de todas estas crianças sofre da falta de um regime alimentar adequado e desenvolve, em graus diversos, um problema de má nutrição durante os primeiros cinco anos de vida. Tal afecta não só a sua saúde e as suas oportunidades de sobrevivência, como também a sua capacidade de aprendizagem e o seu desenvolvimento.”

O UNICEF (2014a, p.3), também, apresenta dados sociais acerca da pobreza das crianças, revelando que muitas ainda se encontram em condições precárias de sobrevivência:

“na pobreza e em condições de desvantagem, mas a maioria das crianças pobres vive agora em países de renda média – países atormentados pelas maiores desigualdades de renda. Nesses e em outros países, a privação está desproporcionalmente concentrada em favelas urbanas e em áreas rurais remotas, assim como em grupos marginalizados – por exemplo, minorias étnicas e pessoas com deficiência”.

Giffoni e Ribeiro (2015) complementam o já apontado pelo UNICEF, salientando que é na primeira infância que a criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto, caracterizando a infância como uma “janela de oportunidades”. E, ainda, destacam a necessidade de uma atenção integral nessa faixa etária que influenciará também no sucesso escolar, no desenvolvimento de fatores de resiliência e autoestima necessária para continuar a aprendizagem, na formação das relações e da autoproteção requeridas para independência econômica e no preparo para a vida familiar.

Outro dado pertinente diz que até o sexto ano de vida, o desenvolvimento do cérebro é muito rápido e pode ser afetado por fatores biológicos, psicossociais, herança genética e/ou pela qualidade do ambiente em que se vive e se convive. Portanto, impactos negativos nessa fase podem, em longo prazo, afetar a capacidade estrutural e funcional da criança, influenciando negativamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do ser humano. Em suma, a interação entre a genética e as experiências individuais são também responsáveis pela estruturação do cérebro (GIFFONI, 2015a). Sarmento (2010, p.10) sintetiza a importância de ações que sejam pontuais para as demandas dos estudantes afirmando que

“é de seres humanos reais, com bibliografia e aspirações, actores sociais, sujeitos activos, que neste livro se fala, mesmo quando, por vezes, a abstracção discursiva remete para categorias e dimensões de análise um pouco mais afastadas dos quotidianos das crianças”.

Outrossim, dados do UNICEF (2013) sobre indicadores sociais apontam que o Risco de Pobreza ou Exclusão Social (RPES) é constituído por medidas dos objetivos das metas comunitárias, e possibilita uma avaliação multidimensional da pobreza e exclusão social na Europa e nos seus Estados-membros delimitando situações de carência, como demonstrado no Quadro 1.

<p>Pobreza monetária</p>	<p>Refere-se concretamente à percentagem de pessoas que, numa dada população, vive com rendimentos abaixo de um determinado valor mínimo definido.</p> <p>Esse valor designa-se por limiar de pobreza e corresponde a 60% do rendimento mediano.</p>
<p>Baixa intensidade do trabalho na família</p>	<p>Corresponde à proporção da população que num dado ano despendeu um reduzido número de horas a trabalhar profissionalmente. As estatísticas revelam que quanto menor a intensidade de trabalho, maior o risco de pobreza.</p>
<p>Privação material severa</p>	<p>Refere-se à proporção da população que revela incapacidade financeira para fazer face a despesas ou para adquirir quatro ou mais dos nove itens de bens definidos a nível europeu.</p>

Quadro 1: Situações de carência
 Fonte: UNICEF, 2013.

Com base tanto no apresentado anteriormente, como no quadro acima, verifica-se a complexidade das privações enfrentadas por muitas famílias e crianças atualmente. Isto porque, quando o grupo familiar pertence a essas estáticas, questões relacionadas a acesso e qualidade de vida vêm atreladas, causando impactos negativos no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A vulnerabilidade social pode emergir de diferentes situações, tais como: desemprego, precarização do trabalho, regulação de preços para itens essenciais etc. Porém, não restam

dúvidas da necessidade, por parte do Estado, de programar ações que realmente supram as demandas da população mais vulnerável, e que busquem melhorar as relações de trabalho da classe popular. Além do mais, deve haver um questionamento constante acerca da qualidade dos serviços públicos ofertados à população destes grupos em situação de vulnerabilidade, isto é, eles realmente são de qualidade e atendem a todos?

Nesse contexto, inserem-se as instituições públicas de ensino e a enorme necessidade de proporcionar condições que possibilitem a ruptura com o ciclo de pobreza e vulnerabilidade social. Uma vez que a aprendizagem e o desenvolvimento da criança estão estreitamente ligados às relações sociais e culturais que acabam por constituí-la, fazendo com que cada sujeito tenha um processo de desenvolvimento único.

Conclusão

As implicações da pobreza ao longo da vida de uma criança não se restringem às questões financeiras, mas também ao seu desenvolvimento psicológico, motor e emocional (VIGOTSKY, 1997; GIFFONI, 2015 a/b; SARMENTO, 2010). Nesse sentido, verifica-se que há necessidade muito pertinente de intervenção na infância, no que tange acesso a serviços básicos como saúde, educação e suas redes de apoio.

Ademais, compreende-se como dever da família e do Estado prover condições básicas e satisfatórias relacionadas ao desenvolvimento saudável e feliz da criança, como: alimentação, cuidado e estimulação. Porém, é imprescindível salientar que, quando a família, vítima dos reflexos da exclusão social não consegue ofertar as condições básicas (saúde, alimentação, saneamento básico e educação), o Estado necessita intervir e garantir serviços que supram essas demandas. Todavia, com o avanço do modelo neoliberal, que prega o estado mínimo, essas garantias ficam cada vez mais exíguas e incertas. Borba e Lima (2011) vão de encontro com o exposto quando afirmam que, um modelo neoliberal de estado mínimo gera situações de vulnerabilidade e pobreza que desencadearão várias situações desfavoráveis como: desemprego, baixa renda, condições precárias de habitação, cuidados de saúde inadequados e barreiras na aprendizagem, cultura, desporto e lazer, conduzindo à exclusão e à marginalização dos envolvidos, privando-os de participar em atividades econômicas, sociais e culturais. Infelizmente, as crianças que pertencem à parcela dos 20% mais pobres da população mundial não têm todos esses direitos garantidos, de acordo com

relatório do UNICEF (2014). Ainda segundo o relatório, há uma probabilidade real e com o dobro de chances, dessas crianças apresentarem retardos em seu crescimento devido à nutrição deficiente e/ou morrerem antes de completarem cinco anos de idade. Aproximando esses dados ao que foi anteriormente apresentado, reforçam-se, ainda mais, as colocações de Vigotsky (1995), que afirma que as privações e a falta de um espaço social que estimule e proporcione um bom desenvolvimento impactarão também na vida adulta.

O relatório do UNICEF (2014) também demonstra que as crianças têm um tempo muito limitado para crescerem e desenvolverem-se de forma adequada. Assim, é essencial que a fim de proteger as crianças, sejam escolhidas e priorizadas políticas públicas voltadas à população infantil, atentando às necessidades dos sujeitos em desenvolvimento.

Observando-se pela ótica de que as limitações causadas pela pobreza poderão influenciar negativamente no desenvolvimento da criança, tanto no nível físico quanto nos níveis psicológico e social, percebe-se que as contribuições Vygotsky são de suma importância para a reflexão e elaboração de políticas públicas focadas no desenvolvimento infantil, voltadas a diminuição das desigualdades sociais e que visem à melhoria dos serviços públicos oferecidos à população.

Por fim, enfatiza-se que há grande necessidade de um olhar especial para a infância, buscando garantir que todas as crianças tenham oportunidades iguais de aprender e desenvolverem-se, independente da renda de suas famílias. Nesse sentido, o fortalecimento da intervenção do Estado para assegurar a melhoria ao acesso e utilização dos serviços básicos e públicos. Contudo, necessita-se ter clareza de que a situação de pobreza é determinada pela condição da atividade econômica de cada sujeito, atravessada pela realidade macroestrutural de seu país.

Referências

BAQUERO, Ricardo. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo. v. 1, n. 106. p. 219-240, abr/jun. 2011.

CAPELATTO, Ivan Roberto. *Educação com afetividade*. São Paulo: Fundação Educar D'Paschoal, 2005.

CASTAÑO, Julio. Bases neurobiológicas del lenguaje y sus alteraciones. *Revista de Neurología*, Barcelona. v. 36, n. 8. p. 781-785, jan/jun, 2003.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social. 2003. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000021001-000022000/000021837.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. *Formação de conceitos em crianças com necessidades educacionais especiais*: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. Santa Maria: UFSM, 2012.

GIFFONI, Sylvio David Araújo. Neurodesenvolvimento e Aprendizagem. In: CIASCA, Sylvia Maria. et. al. (Org.). *Transtornos de Aprendizagem*: Neurociência e interdisciplinaridade. 1. ed. Ribeirão Preto: Book Toy, 2015.

_____. Genética e Aprendizagem. In: CIASCA, Sylvia Maria. et. al. (Org.). *Transtornos de Aprendizagem*: Neurociência e interdisciplinaridade. 1. ed. Ribeirão Preto: Book Toy, 2015b.

GIFFONI, Sylvio David Araújo; RIBEIRO, Maria Valeriana de Moura. Avaliação Neurológica das Dificuldades de aprendizagem. In: CIASCA, Sylvia Maria. et. al. (Org.). *Transtornos de Aprendizagem*: Neurociência e interdisciplinaridade. 1. ed. Ribeirão Preto: Book Toy, 2015a.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANZINI, Eduardo José. Tipo de conhecimento sobre inclusão produzido pelas pesquisas. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v. 17, n.1. p. 53-70, jan/abr. 2011.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto; VEIGA, Fátima. *Pobreza infantil: Realidades, desafios, propostas*. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Húmus, 2010.

SCHIRMER, Carolina R.; FONTOURA, Denise R.; NUNES, Magda L. Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. *Jornal de Pediatria*. (Rio J.), Porto Alegre. v. 80, n. 2. p. s95 – s103, abr. 2004.

UNICEF. *As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, Políticas Públicas e indicadores sociais*. Lisboa, 2013. Disponível em: <<https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/files/Relatorio-Unicef.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. *Situação Mundial da Infância 2015: Reimagine o Futuro: Inovação para cada criança*. 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/SOWC_2015_Summary_Portuguese_Web.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. *El desarrollo de los procesos psicológicos superiores*. 3. ed. Barcelona: Crítica, 2009.

_____. *Fundamentos de Defectología*. Tomo V. Madri: Visor, 1997.

_____. *Problemas de Psicología General*. Tomo II. 2. ed. Madri: A. Machado Libros, 2001.

_____. *Problemas del desarrollo de la psique*. Tomo III. Madri: Visor, 1995.

Submetido em 30/03/2017, aprovado em 23/10/2017.

Notas Explicativas

¹ O nome de Vygotsky aparecerá em diferentes formas de escrita, respeitando a citação original da obra.

² Os instrumentos materiais culturais ou ferramentas são objetos criados pelo homem para auxiliá-lo na mediação com o meio, guiam nossas ações sobre os objetos dirigindo as ações do homem externamente. O homem fabrica essas ferramentas com a finalidade de alcançar objetivos imediatos e futuros, por exemplo, as ações, desenvolvendo sua cognição e influi na regulação da sua conduta, por exemplo, os significados das coisas e palavras, os sinais.